



SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Processo nº 00200.021719/2024-11

Assunto: Nova Contratação. Pregão eletrônico. Serviços de manutenção para equipamentos do Sistema Térmico de Gravação de Chapas Direto do Computador (Computer to plate – CTP). Item 202502012 do Plano de Contratações. **Valor máximo estimado: R\$ 223.754,04.** Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral.

Senhor Diretor-Geral em exercício,

Trata o presente processo de proposta de realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, destinado à contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção para equipamentos do Sistema Térmico de Gravação de Chapas Direto do Computador (*Computer to plate – CTP*) para a Secretaria de Editoração e Publicações - SEGRAF do Senado Federal, ao custo estimado de **R\$ 223.754,04** (duzentos e vinte e três mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.112775/2025-65).

A Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, justificou a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.108910/2025-78), conforme transcrição a seguir:

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. Os gravadores de chapas, *Computer to Plate* (CTP), são equipamentos de alta-tecnologia, de gravação a laser, responsáveis por “queimar” as matrizes para a impressão offset (de alta-tiragem). Essas matrizes são as responsáveis por transferir a tinta – com o conteúdo das obras – para os milhares de folhas em branco que serão impressas.

A manutenção dos CTPs é necessária para manter o perfeito funcionamento destas máquinas, uma vez que os referidos equipamentos realizam a gravação das chapas utilizadas no sistema offset da gráfica do Senado (aproximadamente 14.000 chapas por ano) e são responsáveis por diversos serviços gráficos, que incluem os informativos de atuação parlamentar, publicações da Edições Técnicas e do Conselho Editorial, entre outros.

Ressaltamos que a paralisação total ou parcial destes equipamentos acarretaria um gargalo na produção, prejudicando – e em alguns casos inviabilizando – a





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

produtividade e qualidade dos trabalhos e compromissos assumidos pela SEGRAF junto aos senadores e órgãos do Senado.

E é pelo fato de a produção de alta-tiragem da gráfica do Senado ser totalmente dependente desses equipamentos CTPs – que precisam estar em perfeito funcionamento enquanto houver essa demanda de produção do Senado Federal – que o Termo de Referência em questão pretende a contratação de um serviço continuado de manutenção.

(...)

Por meio do Ofício nº 457/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.112792/2025-01), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a SEGRAF elaborou o Estudo Técnico Preliminar de NUP 0100.223404/2024-27, bem como o Termo de Referência de NUP 00100.052758/2025-61, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.108910/2025-78, os quais, se entendidos viáveis, deverão ser aprovados pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Conforme o item 1.2.3 do Termo de Referência, o órgão técnico atestou que a quantidade proposta é suficiente para suprir as necessidades da contratação.

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.060444/2025-32-1, projetando-se o custo geral estimado de R\$ 223.754,04.

A COCVAP ratificou a pesquisa de preços, conforme documento 00100.067599/2025-08, cuja validade é até 13/10/2025.

(...)

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.081044/2025-61, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

(...)

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 377/2025 (NUP 00100.098592/2025-20), analisou os autos e concluiu que a minuta de edital poderia ser considerada regular e apta a reger o certame pretendido, observadas as recomendações jurídicas e deliberações superiores.

Cumpre registrar a observação da advocacia acerca do modelo de contratação proposto pelo órgão demandante, *in verbis*:

Outro ponto que merece destaque é o fato de a contratação pretendida envolver o fornecimento de peças substitutas sem, contudo, ter sido apresentado o rol dessas peças e componentes nem realizada a estimativa dos respectivos preços unitários e do montante geral a ser gasto a esse título. Todavia, a exemplo do que ocorreu no Processo nº 00200.015173/2022-90 (contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para o equipamento de impressão offset SPEEDMASTER 74 da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal), foi salientado pelo órgão técnico a impossibilidade de listar previamente todos os itens passíveis de





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

substituição e seus respectivos custos unitários, tendo em vista a complexidade técnica dos equipamentos envolvidos, os quais contam com milhares de peças e exigem ferramentas ou softwares especializados dos fabricantes para sua identificação. Ademais, entende o órgão técnico demandante não ser razoável, devido à dificuldade técnica e ao custo envolvido, que se exija das eventuais licitantes a elaboração prévia de orçamentos para todos os componentes possíveis dos equipamentos a serem mantidos antes da contratação, exigência essa que tem o potencial de afugentar as empresas interessadas e inviabilizaria a obtenção de propostas realistas (ver documento nº 00100.061876/2025-61).

Assim, o gasto com peças e componentes somente ocorrerão em caso de excepcional necessidade de manutenção corretiva e o total ficará limitado a 10% do valor pago pela aquisição do equipamento, ou seja, ao valor de R\$ 118.198,40 (cento e dezoito mil, cento e noventa e oito reais e quarenta centavos) durante toda a vigência do ajuste.

Desse modo a realização da substituição de tais peças e componentes ficará condicionado à apresentação de orçamento prévio, à comprovação da real necessidade de substituição dos mesmos e à aprovação por parte do órgão gestor do respectivo contrato.

Já a aprovação do orçamento para a substituição de peças e componentes ficará a depender da apresentação de documento fiscal que comprove que a contratada pratica os mesmos preços cobrados do Senado Federal junto a outros entes públicos ou privados. Na impossibilidade de se obter o citado documento fiscal, ficará a cargo do órgão gestor do contrato promover a realização de uma pesquisa de preços de mercado, com no mínimo três amostras, com a finalidade de subsidiar o aceite ou recusa do orçamento apresentado pela contratada. E ainda, para o caso de peças ou componentes que não tenham parâmetros de preços no mercado, a contratada deverá fornecer ao órgão gestor documento emitido pelo fabricante do item que comprove essa situação e o valor de venda à contratada.

Assim, ante as justificativas apresentadas pelo órgão técnico, esta Advocacia entende que não restará outra opção que não a de contratar o fornecimento de peças e componentes necessários aos serviços de manutenção corretiva demandados nos moldes apresentados, sobretudo porque tal configuração, adotada nos Contratos nº 156/2020 e nº 88/2024, tem sido exitosa para a solução de casos análogos. **Contudo, cabe à autoridade competente por aprovar o Termo de Referência e a minuta de edital em análise, avaliar os argumentos apresentados pelo órgão técnico e deliberar a respeito da aceitabilidade da metodologia proposta.**

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.108924/2025-91, tendo consignado alterações na última versão do Termo de Referência, NUP 00100.108910/2025-78.

As demais recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.

Os autos seguiram, então, para informação da disponibilidade orçamentária, a qual foi confirmada pela COPAC no documento nº 00100.111582/2025-97. A contratação está prevista no item 20250212 do Plano de Contratações.

(...)

Em seguida, em conformidade com o disposto na Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do RASF, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022,



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

sugere-se acolher a manifestação técnica do Senhor Diretor da SADCON, que opinou pelo seguimento da licitação e, para tanto, recomendou: autorizar o certame e a despesa; aprovar o ETP. o termo de referência e a minuta de edital; e, designar os gestores.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

Kleber Minatogau
Assessor Técnico

(assinado eletronicamente)

Guilherme Ferreira da Costa
Assessor Técnico





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos III, IV, V, VII e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **AUTORIZO** a realização do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**;

2. **APROVO** o Estudo Técnico Preliminar nº 77/2024 (documento nº 00100.223404/2024-27); o Termo de Referência (documento nº 00100.108910/2025-78); e a minuta de edital (documento nº 00100.112775/2025-65), nos termos propostos;

3. **AUTORIZO** a despesa no valor máximo estimado de **R\$ 223.754,04** (duzentos e vinte e três mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos), previsto no item 20250212 do Plano de Contratações;

4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 25 de junho de 2025.

(assinado eletronicamente)
WANDERLEY RABELO DA SILVA
Diretor-Geral em exercício





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 2930 de 2025

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL em exercício, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.021719/2024-11**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **Márcio de Holanda Meireles Viana**, matrícula 364130, e o titular da **Assessoria Técnica da SEGRAF – ATSEGRAF**, como gestores, titular e substituto, respectivamente, do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar o servidor **André Said de Lavor**, matrícula 255662, e o titular do **Serviço de Programação Industrial - SEPIND**, como fiscais, titular e substituto, respectivamente, do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de junho de 2025.

(assinado eletronicamente)
WANDERLEY RABELO DA SILVA
Diretor-Geral em exercício

